

LUPA NEWS

Restore leva protecção e apoio psicossocial a 25 comunidades

Os filhos de Gaza



• *Entre cheias, pobreza e uniões prematuras, a infância disputa espaço com as urgências de sobrevivência. Em Mabalane, Guijá e Chókwè, a PLAN International, através de RESTORE, tenta reconstruir uma parte invisível da vida das crianças: o direito de crescerem protegidas, registadas, ouvidas e com futuro.*



HCB vai abrir comporta de Cahora Bassa durante manutenção



Morreu Ídasse Tembe, artista pertenceu a uma geração de homens livres

Restore leva protecção e apoio psicossocial a 25 comunidades

Os filhos de Gaza



Entre cheias, pobreza e uniões prematuras, a infância disputa espaço com as urgências de sobrevivência. Em Mabalane, Guijá e Chókwè, a PLAN International, através de RESTORE, tenta reconstruir uma parte invisível da vida das crianças: o direito de crescerem protegidas, registadas, ouvidas e com futuro. II Parte de uma Reportagem

Texto: Nelson Marqueza

Há lugares onde uma criança começa a vida sem sequer existir oficialmente. Não por ter nascido sem nome, mas porque o seu nascimento não foi registado. Há raparigas que chegam demasiado cedo à vida adulta, empurradas para uniões prematuras e forçadas. Há crianças que enfrentam cheias, deslocamentos, separações familiares e experiências de violência sem saber a quem contar o que lhes aconteceu. No interior de Gaza, a infância convive com estas contradições.

Em Mabalane, Guijá e Chókwè, distritos marcados pela vulnerabilidade social e, mais recentemente, pelo impacto das cheias

e mudanças, uma intervenção da PLAN International procura responder a uma dimensão que nem sempre aparece nas imagens das calamidades: a protecção da criança através de Restore.

“Quando nós privamos os direitos da criança, estamos a privar o futuro”, resume Luís Paulo, Director Nacional Interino da PLAN Moçambique.

Lupa News percorreu as comunidades dos distritos abrangidos pelo projecto, onde anotou que proteger uma criança não significa apenas retirá-la de uma situação de violência, mas também garantir que tenha identidade civil, que se acompanhe o seu sofrimento; que uma rapariga conheça os riscos das uniões prematuras e forçadas, e uma família saiba onde denunciar um caso e que uma criança tenha, simplesmente, espaço para brincar.

É uma batalha aparentemente pequena. Mas é uma batalha pelo país que Moçambique será amanhã.

Nove mil crianças registadas

Os números ajudam a perceber a dimensão da intervenção. A PLAN International indica que já foram realizados mais de 9 mil registos de nascimento, contra

uma meta inicial de 3 mil. Cerca de 1,198 casos diversos de abuso e violência contra criança foram reportados e referenciados à PLAN International, 9,886 receberam serviços básicos de saúde



mental e apoio psicossocial nos 25 Espaços Amigos da Criança, destes acompanhamento psicossocial, enquanto aproximadamente 6 mil acções de sensibilização foram realizadas nas comunidades abrangidas. O projecto, denominado

Restore - Restaurar -, é parte integrante consórcio e tem uma duração prevista de seis meses, de Abril a Outubro. A componente de protecção sob responsabilidade da PLAN

sessão de sensibilização uma família passa a compreender que uma união prematura não é simplesmente uma decisão familiar. Não só, no terreno há também acompanhamento psicossocial

International representa cerca de 67 milhões de meticais. Mas os números não contam tudo. Um registo de nascimento pode significar para uma criança a passagem de uma existência informal para uma cidadania reconhecida. Através de uma

A rapariga no centro da vulnerabilidade

Moçambique continua ►

◀ a enfrentar um dos problemas mais difíceis de resolver na protecção da infância: as uniões prematuras e forçadas.

Luís Paulo, Director Nacional Interino da Plan International chama atenção para o contexto nacional e para a necessidade de reforçar o conhecimento das comunidades sobre os direitos das crianças e das raparigas.

Nas comunidades visitadas, segundo a PLAN, já existe uma percepção crescente sobre o problema. As famílias sabem identificar o que são uniões prematuras e, sobretudo, começam a compreender que devem denunciar quando uma rapariga é submetida a uma união prematura.

Esse conhecimento pode parecer insuficiente diante da dimensão do problema, comenta o Director Nacional Interinocom nossa reportagem sentados numa das sessões no interior de Chokwè, “A educação, neste caso, não é apenas aprendizagem escolar. É também preparação para a cidadania, a protecção e a autonomia



tam pobreza, calamidades, deslocamentos e múltiplas formas de vulnerabilidade, brincar pode ser uma forma de recuperar normalidade. Nos espaços amigos da criança, elas encontram brinquedos, convivem, desenvolvem habilidades e, através do apoio



em um mundo globalizado”, comenta o Director Nacional Interino da PLAN International 9.

“As crianças a brincar”

Luís Paulo fala de um indicador de sucesso que dificilmente aparece nos relatórios financeiros.

As crianças a brincar. Pode parecer uma imagem banal. Mas, num território onde muitas famílias enfren-

psicossocial, podem começar a verbalizar experiências que antes permaneciam escondidas.

“Uma criança que consegue falar, expor as suas vivências, as suas preocupações”, explica o responsável, pode finalmente encontrar alguém que a acompanhe e encaminhe para o serviço de que necessita. É aí que a protecção deixa de ser uma palavra institucional e passa a ser uma experiência concreta.



Depois das cheias, fica a vida

A escolha de Gaza para a intervenção não aconteceu por acaso. O projecto foi concebido num contexto de resposta às consequências das cheias, enquanto outras componentes do consórcio actuam em diferentes áreas e territórios.

É aqui que surge uma das maiores questões desta intervenção: o que acontece quando os seis meses terminarem? A resposta de Luís Paulo é cautelosa.

A PLAN gostaria de continuar, mas a continuidade dependerá da disponibilidade de financiamento. O responsável reconhece que o sector enfrenta actualmente dificuldades para mobilizar recursos.

Esta é talvez uma das maiores fragilidades das respostas humanitárias de curta duração: uma comunidade pode precisar de anos para reconstruir aquilo que uma calamidade destruiu em poucos dias. Uma criança, entretanto, não pode esperar pela próxima janela de financiamento.

O futuro começa no lugar onde a criança está

A PLAN International não está a actuar sozinha. O projecto é implementado em consórcio, com diferentes organizações a assumirem responsabilidades distintas. A intervenção da PLAN está concentrada na protecção, incluindo apoio psicossocial, gestão e encaminhamento de casos, sensibilização sobre violência baseada no género, saúde sexual e reprodutiva, espaços amigos da criança, fortalecimento dos comités comunitários de protecção e registo de nascimento.

É uma abordagem que procura olhar para a criança como um todo.

Uma criança traumatizada precisa de apoio. Uma criança sem certidão precisa de documentação. Uma criança vítima

de violência precisa de protecção e encaminhamento. Uma rapariga ameaçada por uma união prematura precisa de informação, mecanismos de denúncia e uma comunidade capaz de reconhecer o problema.

Nenhuma destas dimensões existe isoladamente. E talvez seja esta a principal lição encontrada pela Lupa News no interior de Gaza: proteger uma criança não é apenas responder ao perigo

suas grandes crises: cheias, seca, pobreza, produção agrícola, insegurança alimentar.

Mas existe uma Gaza que se mede pela infância. São crianças que precisam de crescer com identidade, protecção e dignidade. São raparigas que precisam de chegar à idade adulta antes de serem obrigadas a assumir responsabilidades que não escolheram. São famílias que precisam de



depois de ele acontecer. É construir, à sua volta, uma rede capaz de impedir que a vulnerabilidade determine o seu destino.

Os filhos de Gaza

Há uma tendência para olhar para Gaza através das

saber que a violência contra uma criança não é assunto privado. São comunidades que precisam de mecanismos permanentes para proteger os seus membros mais vulneráveis.

A intervenção da PLAN poderá terminar em Outubro. As necessidades, não.

Restore leva protecção e apoio psicossocial a 25 comunidades

O Projecto Restore está a ser implementado em três províncias, oito distritos e 25 comunidades de Moçambique, com intervenções integradas nas áreas de alimentação e nutrição, saúde, protecção, habitação, água e saneamento.

A iniciativa é implementada por um consórcio de seis organizações — ADRA, Fundação Aga Khan, CARE International, Food for the Hungry, Plan International e Tearfund — sob liderança da CARE International.

Na componente de protecção, a cargo da Plan International, o projecto intervém nos distritos de Nangade, Quisanga e Ancuabe, em Cabo Delgado; Memba e Eráti, em Nampula; e Chókwè, Guijá e Mabalane, em Gaza.

A componente de protecção prevê alcançar 45 mil beneficiários, dos quais 70% são crianças, através de cinco frentes principais:

Gestão de casos: identificação, acompanhamento e encaminhamento de situações de abuso e violência contra crianças e de Violência Baseada no Género (VBG);

Saúde mental e apoio psicossocial: criação e apoio a Espaços Amigos das Crianças, incluindo parques infantis, e espaços seguros para adolescentes, jovens e mulheres;

Adolescentes e saúde sexual e reprodutiva: implementação de programas de fortalecimento de adolescentes, incluindo o GAIA, e acesso a informação e serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e Planeamento Familiar adequados à idade;

Prevenção da violência: sensibilização das comunidades, envolvendo lideranças comunitárias, tradicionais e religiosas, bem como instituições do Governo;

Protecção e documentação: reforço dos mecanismos de encaminhamento e resposta a casos de violência e facilitação do acesso gratuito ao registo de nascimento, incluindo a recuperação de documentos.

Em Gaza, o Restore actua em Chókwè, Guijá e Mabalane, levando a protecção para comunidades onde crianças e adolescentes enfrentam desafios que vão muito além do acesso à escola.

Paridade na **escola não basta para preparar** o País



Moçambique está cada vez mais próximo de alcançar a paridade de género no acesso à educação. Sucedendo que à medida que essa barreira vai sendo ultrapassada, a pergunta que se impõe ao país já não é apenas quantas raparigas estão na escola. É o que a escola está realmente e o significado para o futuro de Moçambique.

Por: Bernardo Soares

Segundo dados apresentados pelo Presidente da República, Daniel Chapo, na VIII Conferência Nacional sobre Mulher e Género, realizada esta quarta-feira, 9 de Setembro, em Maputo, o Sistema Nacional de Educação contabilizou, em 2025, cerca de 9,7 milhões de alunos, dos quais 49,4% eram mulheres.

Numa publicação feita esta quinta-feira na página do Facebook do Gabinfo, o dado é apresentado como sinal de que "Moçambique aproxima-se da paridade no acesso à educação".

É, sem dúvida, um avanço importante. Mas, deve ser um ponto de partida para uma discussão mais exigente.

Se praticamente metade dos alunos do país são raparigas, a política pública precisa de olhar para além da matrícula. A questão passa agora pela permanência, aprendizagem, conclusão dos diferentes níveis de ensino e, sobretudo, pela transição da escola para uma economia que precisa de competências.

A paridade numérica pode esconder desigualdades que aparecem mais tarde: quem conclui o ensino secundário? Quem chega ao ensino técnico e profissional? Quantas jovens entram nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática? Quantas conseguem transformar a formação em emprego, negócio ou rendimento? E que qualidade de ensino está efectivamente a ser recebida nas escolas urbanas e rurais?

Estas perguntas são parti-

cularmente importantes para um país com uma população jovem e com necessidades crescentes em sectores como agricultura, energia, construção, indústria, tecnologia, saúde, transportes e logística.

O desafio, portanto, está a mudar de natureza.

Durante muito tempo, uma das grandes batalhas foi colocar as crianças - e particularmente as raparigas - dentro da escola. Agora, a ambição deve ser garantir que a escola produz conhecimento, competências e oportunidades compatíveis com o país que Moçambique pretende construir.

Os próprios números apresentados pelo Presidente sugerem que educação, género, saúde e protecção social não podem continuar a ser tratados como áreas isoladas. Em 2025, o



país atingiu 90,7% de cobertura de partos institucionais e mais de 500 mil agregados familiares foram abrangidos por programas regulares de assistência social, dos quais cerca de 360 mil eram chefiados por mulheres.

São indicadores relevantes. Mas também deixam transparecer uma questão de política pública: como transformar maior acesso a serviços em maior autonomia económica?

No caso da educação, isso significa medir não apenas quantas raparigas entram na escola, mas também aquilo que acontece depois da escola.

Uma política educacional orientada para os próximos 10 ou 20 anos deveria conseguir responder a perguntas muito concretas: que profissionais Moçambique vai precisar? Que competências devem ser reforçadas? Como aproximar o ensino técnico das necessidades das empresas? Como preparar jovens

para a economia digital? Como aumentar a participação feminina nas áreas tradicionalmente dominadas por homens? E como impedir que a pobreza, a violência ou a gravidez precoce interrompam percursos escolares?

A paridade de 49,4% é, neste sentido, uma boa notícia. Mas seria um erro transformar esse número numa espécie de ponto de chegada.

O verdadeiro indicador de sucesso será saber se esses milhões de alunos estão a sair da escola mais preparados para produzir, empreender, inovar, trabalhar e participar na transformação do país.

Moçambique pode estar próximo da paridade no acesso à educação. O próximo desafio é garantir paridade na qualidade, nas competências e nas oportunidades.

É aí que a educação começa realmente a responder ao futuro do país.





PRÉMIO DE JORNALISMO EDM 2026



TEMA ELEGÍVEL:
DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO: COMO A TECNOLOGIA PODE MELHORAR O SERVIÇO AO CLIENTE NA EDM

Trabalhos Publicados no Período entre 1 de Janeiro à 30 de Outubro de 2026
São também elegíveis trabalhos publicados em línguas nacionais

Categoria do Prémio

- Rádio
- Televisão
- Imprensa (Inclui o webjornalismo)
- Prémio Jovem Jornalista (Nova Categoria)
- Imagem (Fotojornalismo e Video-reportagem)

Premiação para cada Categoria
1º Classificado - 225 000 Mt
2º Classificado - 175 000 Mt
3º Classificado - 125 000 Mt

Nota: À Categoria de Imagem será atribuído o prémio apenas ao 1º classificado, o valor de:
a) 175 000 MT - Fotojornalismo;
b) 175 000 MT - Vídeo-reportagem.

Submissão dos Trabalhos de 01 Maio à 30 de Outubro de 2026

concurso.jornalismo@edm.co.mz
Local: Av. Agostinho Neto, N° 70 – 6º andar.
Electricidade de Moçambique, E.P.
Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais

CÓDIGO QR PARA O REGULAMENTO



EDM leva **Provedoria** aos bairros e recebe queixas sobre energia

A Electricidade de Moçambique (EDM) iniciou esta quarta-feira, 16 de Setembro, uma nova edição da Provedoria Itinerante, desta vez no Bairro da Polana Caniço, Cidade de Maputo, numa iniciativa que procura aproximar a empresa dos clientes e recolher, no terreno, reclamações, denúncias, sugestões e outras preocupações relacionadas com o fornecimento de energia eléctrica.

A sessão de abertura decorreu no Campo 07 de Abril, onde, durante três dias, de 16 a 18 de Setembro, equipas técnicas e de atendimento da EDM estarão disponíveis para ouvir os consumidores e encaminhar as situações apresentadas.

Segundo a Directora do Gabinete de Ética e Provedoria de Cliente da EDM, Elsa Prata da Silva, a iniciativa pretende levar a empresa para mais perto dos consumidores, incluindo cidadãos que ainda não dispõem de energia eléctrica ou que tenham reclamações pendentes.

“Estamos aqui por três dias”, explicou Elsa Prata, acrescentando que o atendimento decorre das 7h30 às 15h30 e conta com equipas técnicas preparadas para analisar as situações apresentadas.

A responsável destacou que entre as reclamações mais frequentes recolhidas nas anteriores edições da Provedoria Itinerante estão a demora na reposição do fornecimento de energia, a falta de contadores e situações de fornecimento numa única fase, além da demora no atendimento técnico, associada, segundo a EDM, à elevada procura pelos serviços.

A Provedoria tem servido igualmente como espaço para denúncias de cobranças ilícitas atribuídas a indivíduos que se apresentam como funcionários da EDM, bem como de casos de furto de energia.

Elsa Prata revelou que estas denúncias têm permitido à empresa identificar situações de consumo fraudulento e desencadear intervenções técnicas para o seu desmantelamento.

“Alguns clientes vêm denunciar os vizinhos que estão a consumir energia fraudulentamente”, afirmou, sublinhando que o fenómeno tem sido particularmente



reportado em alguns bairros.

Reclamações que chegam directamente ao terreno

A presença da EDM no bairro permitiu também que os consumidores apresentassem situações concretas relacionadas com a expansão e regularização do fornecimento de energia.

Um dos clientes relatou à equipa da Provedoria dificuldades relacionadas com a falta de material e com a demora na execução de trabalhos necessários para levar energia a determinadas ruas, situação que, segundo o relato apresentado no local, afecta várias famílias.

O caso exposto ilustra uma das dificuldades que a EDM procura captar através da iniciativa: situações que já foram comunicadas pelos clientes, mas cuja resolução permanecependentedurantemeses.

A expectativa dos consumido-

res é que a presença das equipas da EDM permita transformar as reclamações em encaminhamentos concretos e, sobretudo, em intervenções no terreno.

A estrutura local que acompanhou a actividade também considerou a iniciativa uma oportunidade para aproximar os serviços da empresa das comunidades.

Representantes da estrutura da zona referiram que entre as preocupações apresentadas pelos moradores estão cortes frequentes e outras dificuldades relacionadas com o fornecimento de energia, defendendo que a auscultação deve resultar no encaminhamento e resolução dos problemas identificados.

EDM diz resolver 80% das reclamações

A Directora do Gabinete de Ética e Provedoria de Cliente avançou que as edições anteriores da Provedoria Itinerante

têm atraído entre 300 e 400 participantes, dependendo da zona onde são realizadas. De acordo com a respon-



sável, cerca de 80% das reclamações apresentadas têm conseguido ser resolvidas, embora algumas situações exijam uma análise técnica mais aprofundada e não possam ser solucionadas imediatamente.

A EDM reconhece, entretanto, que existem matérias que ultrapassam as competências

da Provedoria. É o caso das reclamações relacionadas com as tarifas de energia eléctrica, cuja regulação compete à autoridade reguladora do sector.

“Não é um assunto que pode ser resolvido aqui a nível da Provedoria”, esclareceu Elsa Prata, em referência às queixas sobre tarifas.

A responsável admitiu ainda que a EDM poderá passar a divulgar periodicamente os resultados das Provedorias Itinerantes.

Actualmente, a empresa realiza acções de auscultação nas suas quatro regiões, mas não produz, segundo explicou, um relatório público consolidado sobre os resultados. A proposta é que, futuramente, possa ser elaborado um relatório anual ou semestral com as principais preocupações apresentadas pelos clientes e o nível de resolução alcançado.

A Provedoria Itinerante permanece no Bairro da Polana Caniço até sexta-feira, 18 de Setembro, funcionando como uma espécie de balcão da EDM dentro da comunidade, onde os clientes podem apresentar directamente reclamações, denúncias, petições, sugestões e elogios.

Mais do que recolher queixas, a iniciativa coloca a empresa perante os problemas concretos dos consumidores e cria uma expectativa: que aquilo que é ouvido no bairro tenha correspondência em respostas e soluções depois da saída das equipas da EDM.



EDM programa cortes em Gaza e Inhambane

A Electricidade de Moçambique (EDM) vai interromper o fornecimento de energia eléctrica esta quarta e quinta-feira, 16 e 17 de Setembro, em algumas zonas das províncias de Gaza e Inhambane, devido a trabalhos de manutenção preventiva das infra-estruturas eléctricas.

No dia 16, das 07h00 às 15h00, serão abrangidos os Postos Administrativos de Chicumbane e Zongoene e parte dos bairros Fidel Castro, Ndambine 2000, Tembene e Switinine, em Gaza.

No dia 17, no mesmo horário, a interrupção afectará os distritos de Massinga e Morrumbene, em Inhambane.

A EDM recomenda que, por precaução, todas as instalações sejam consideradas permanentemente sob tensão e apresenta desculpas pelos transtornos que os trabalhos possam causar aos consumidores.



A *Electricidade de Moçambique, E. P., (EDM)* informa aos seus estimados clientes e ao público em geral, que no âmbito da manutenção preventiva das infra-estruturas eléctricas, haverá interrupção no fornecimento de energia eléctrica na **Quarta e Quinta-feira, dias 16 e 17 de Setembro de 2026**, nos seguintes locais e horários:

 DATA E HORAS	 PROVÍNCIA / CIDADE	 LOCAIS AFECTADOS
Dia 16/09/2026 Das 07:00 às 15:00 horas	Província de Gaza	Postos Administrativos de Chicumbane e Zongoene, parte dos Bairros Fidel Castro, Ndambine 2000, Tembene e Switinine
Dia 17/09/2026 Das 07:00 às 15:00 horas	Província de Inhambane	Distritos de Massinga e Morrumbene

Para efeitos de precaução todas as instalações deverão ser consideradas como estando permanentemente em tensão.

Pelos transtornos que esta situação poderá criar aos consumidores das zonas acima indicadas, assim como para o público em geral, a EDM endereça sinceras desculpas.

Maputo, 15 de Setembro de 2026

FICHA TÉCNICA

Nome: Lupa News

Director Executivo: Nelson Marqueza

Slogan: "Jornalismo ao Pormenor"

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)

Fundação: 2016

Reg:17/GABINFO-DEPC/2016

Natureza: Jornal independente

Sede: Maputo, Moçambique | Bairro Sommerschield 2, Rua do Rio Raraga

Email: jornal@lupa-news.com

Cell: (+258) 874007740/ 846496744

Website: www.lupa-news.com

Estrutura Editorial

Director Executivo: Nelson Marqueza

Equipa Editorial: Bernardo Soares, Leddo Luís, mais Colaboradores independentes, correspondentes e repórteres convidados

Linha Editorial

Independência, rigor e credibilidade

Jornalismo investigativo e crítico

Promoção do debate público e fortalecimento da cidadania

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)



Estatuto Editorial

LUPA News é um órgão de informação independente do poder político, grupos económicos, sociais, religiosos entre outros.

LUPA News é especializado em Cultura, mas também generalista e pluralista, que respeita a ética e deontologia jornalística, os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação de acordo com a Lei de Imprensa e a Constituição da República, bem como as orientações definidas pela Direcção do jornal.

LUPA News é apresentado em plataformas digitais e, dependendo das necessidades, pode também ser apresentado em suporte de papel.

LUPA News serve a grandes objectivos universais a alcançar, nomeadamente Liberdade de Expressão, Democracia e Pluralismo Mediático, Cidadania, e Desenvolvimento Social e Humano.

LUPA News trata a informação com critérios de responsabilidade, isenção, criatividade sem sensacionalismo, rigor, equilíbrio, profundidade tendo sempre em conta o respeito pela pessoa humana e interesse territorial.



HCB vai abrir comporta de Cahora Bassa durante manutenção

Operação vai libertar água para o Zambeze e garantir o chamado caudal ecológico

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) vai abrir, no próximo domingo, 20 de Setembro, um dos descarregadores de meio-fundo da barragem de Cahora Bassa, numa operação programada para garantir que o rio Zambeze continue a receber água durante a paragem anual da central para manutenção.

A operação decorrerá entre as 05h00 e as 18h00, com o descarregador aberto a 80%. Segundo a HCB, trata-se de uma manobra pontual, controlada e tecnicamente aprovada, realizada no contexto da paragem total da Subestação de Songo e dos trabalhos anuais de manutenção do parque electroprodutor.

Mas o que significa, na prática, esta operação?

A barragem de Cahora Bassa funciona como uma enorme reserva de água. Em condições normais, parte dessa água é utilizada para produzir electricidade e, depois, continua o seu percurso pelo rio Zambeze. Quando o sistema de produção é temporariamente parado para manutenção, é necessário encontrar uma forma de assegurar que o rio não deixe de receber o volume de água necessário à sua dinâmica natural. É para esse efeito que será utilizado o descarregador.

Água continuará a correr pelo Zambeze

Um descarregador é uma estrutura que permite libertar água armazenada numa barragem. Neste caso, trata-se de um descarregador de meio-fundo, ou seja, uma estrutura localizada numa zona intermédia da barragem, utilizada para permitir a saída con-



trolada de água da albufeira.

A sua abertura a 80% permitirá a passagem de água para o rio Zambeze durante o período definido pela HCB.

O objectivo principal é assegurar o caudal ecológico, expressão usada para designar o fluxo de água necessário para manter as condições ambientais e ecológicas do rio.

Na prática, isto significa garantir que o Zambeze continue a ter água suficiente para sustentar os seus ecossistemas e as actividades que dependem do rio.

Peixes e outras espécies aquáticas, vegetação ribeirinha e comunidades que vivem e desenvolvem actividades ao longo do rio dependem, em diferentes níveis, da existência de um fluxo regular de água.

Por isso, mesmo quando a produção de electricidade está temporariamente inter-

rompida, a gestão da barragem precisa de continuar a considerar o funcionamento do rio.

Não se trata de uma descarga de emergência

A HCB esclarece que a operação de 20 de Setembro não corresponde a uma descarga de emergência nem significa uma mudança da estratégia de gestão da água armazenada em Cahora Bassa.

Trata-se, segundo a empresa, de uma operação previamente programada e controlada, enquadrada nos requisitos ambientais e nos procedimentos de gestão da albufeira.

A empresa diz que a decisão considera também as actuais condições operacionais do sistema e as previsões hidrológicas e climáticas para a próxima época chuvosa.

Entre os factores considerados estão os cenários relacionados com o fenómeno El Niño, que pode influenciar as condições de precipitação e disponibilidade de água na região.

Comunidades ribeirinhas são parte importante da equação

A operação interessa particularmente às populações que vivem ao longo do Zambeze, desde as zonas próximas da barragem até às áreas a jusante.

A HCB diz que a libertação controlada de água pretende contribuir para a manutenção das condições necessárias ao equilíbrio do rio e às actividades desenvolvidas pelas comunidades ribeirinhas.

Ao mesmo tempo, a empresa afirma que a operação será realizada dentro dos parâmetros de segurança estabelecidos,

mantendo o acompanhamento das condições do sistema.

A mensagem fundamental da HCB é, portanto, que a paragem da central para manutenção não significa a interrupção do fluxo do Zambeze. A água continuará a ser libertada de forma controlada para garantir as necessidades ecológicas do rio.

A empresa reitera ainda o compromisso de manter as comunidades e outras partes interessadas informadas sobre operações relevantes relacionadas com a gestão de Cahora Bassa.

A operação de 20 de Setembro insere-se, assim, num equilíbrio entre três necessidades: manter a central em condições para continuar a produzir energia, gerir cuidadosamente a água armazenada e assegurar que o Zambeze continue a desempenhar as suas funções naturais e sociais.

Publique Aqui

ND em defesa dos trabalhadores **exige auditoria forense** ao INSS

Partido liderado por Salomão Muchanga denuncia falhas no registo de contribuições, atrasos nas pensões e aponta para cerca de 804 milhões de meticais associados a processos lesivos ao INSS.

O partido ND voltou a colocar a gestão do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) no centro do debate político, exigindo uma auditoria independente e forense aos últimos dez anos de funcionamento da instituição e a recuperação integral de valores que, segundo o partido, estarão associados a processos lesivos aos recursos da Segurança Social.

Num comunicado político intitulado “INSS: A vaca leiteira da burguesia do Estado”, o partido liderado por Salomão Muchanga sustenta que os recursos do INSS pertencem aos trabalhadores que descontam mensalmente para garantir protecção social, defendendo que qualquer utilização irregular desses fundos deve ser tratada como uma questão de direitos sociais e não apenas como uma falha administrativa.

ND aponta para cerca de 804 milhões de meticais associados aos casos referidos no comunicado: aproximadamente 433 milhões de meticais em prejuízos que o partido relaciona com processos envolvendo contratação de serviços e concursos públicos, acrescidos de cerca de 371 milhões de meticais associados a processos anteriores.

O partido, contudo, não se limita a exigir uma nova verificação contabilística. Propõe que a auditoria siga o “rasto do dinheiro”, abrangendo contratos, concursos, transferências, investimentos, aquisições, pagamentos, património, contas e mecanismos de controlo interno.

Do dinheiro perdido ao património dos gestores

Uma das propostas politicamente mais sensíveis do comunicado é a realização de um levantamento patrimonial dos administradores, gestores e funcionários directamente relacionados com as áreas sob investigação.

ND defende que sejam con-



frontados os rendimentos legalmente auferidos com empresas, imóveis, participações societárias e outros investimentos, de modo a verificar a origem e a compatibilidade do património com os rendimentos declarados.

A proposta desloca assim o debate da simples identificação de eventuais irregularidades para uma questão mais ampla: se houve enriquecimento ilícito, onde está o património e como recuperar o dinheiro?

É também neste ponto que o partido procura estabelecer a sua principal bandeira política: a responsabilização não deve terminar com

processos disciplinares, exonerações ou condenações individuais, mas incluir a recuperação efectiva dos recursos.

“O crime financeiro não pode terminar apenas com a descoberta do crime; deve terminar com a recuperação do dinheiro”, defende o comunicado.

Contribuições dos trabalhadores no centro da disputa

O partido também critica problemas relacionados com contribuições não registadas, atrasos no processamento de pensões, direitos financeiros pendentes e

dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para comprovar períodos contributivos.

Na leitura do partido liderado por Salomão Muchanga, estes problemas não podem continuar a ser tratados exclusivamente como questões burocráticas ou tecnológicas. A organização considera que falhas persistentes de registo, atendimento e processamento devem justificar mecanismos de auditoria, investigação e responsabilização.

A mensagem política é directa: o trabalhador não deve ter de provar repetidamente aquilo que já pagou.

Ao colocar as contribuições dos trabalhadores no centro da sua comunicação, o Partido ND procura transformar a gestão do INSS numa questão de interesse público mais amplo, aproximando a discussão dos pensionistas, trabalhadores no activo e contribuintes que dependem da Segurança Social.

ND quer transformar INSS em caso de responsabilização

O posicionamento surge num momento em que a discussão sobre a gestão de recursos públicos continua a alimentar o debate político nacional.

Com a exigência de uma auditoria forense, levantamento patrimonial e recuperação de activos, ND apresenta uma agenda que vai além da denúncia política: quer que a investigação produza consequências financeiras concretas para o Estado e para os beneficiários da Segurança Social.

O desafio colocado pelo partido é, por isso, menos sobre quanto dinheiro terá sido perdido e mais sobre quanto desse dinheiro poderá ser efectivamente recuperado e devolvido ao sistema de protecção social.

O Partido ND termina o comunicado sob a sua divisa “Tempo de Vencer - Servir Moçambique”, assinado pelo presidente Salomão Muchanga.





Por: Roberto Tibana

Qual é a jurisprudência sobre Terrorismo e Terrorismo de Estado? Isto é matéria de juristas. Eu não o sou. Mas estou espantado que essa comunidade está completamente silenciosa a uma matéria em que deveria ser activa a educar a sociedade sobre o assunto. Até a Ordem de Advogados de Moçambique está muda. Não é para virem tomar partido, nem fazerem marchas de protesto na rua. Trata-se de ajudar a sociedade a compreender o que se passa e o que está em jogo. Será que essa organização não tem uma secção ou pelouro de educação cívica (literacia jurídica – tipo o que o Banco Central faz para dar literacia financeira)? Quando o Estado acusa alguém de ter cometido terrorismo, o que é que isso quer dizer? Afinal, o que é terrorismo? E quando olhamos para a prática do Estado (seus agentes e órgãos) nos eventos que rodeiam o ambiente em que se fundamenta tal acusação ao Venâncio Mondlane, podemos ou não falar de terrorismo de Estado (como eu repetidamente faço)? Afinal, o que é terrorismo de Estado? Não sendo jurista, deixo a matéria com quem é especialista nela. Mas no fim do dia, nós

Terrorismo de estado

somos um país no concerto das Nações, e seja qual for a jurisprudência nacional, ela teria que ser olhada à luz da jurisprudência internacionalmente aceite, incluindo em particular aquela a que Moçambique se obriga voluntariamente. E é luz à dela que faço as considerações que se seguem. Que me corrijam os especialistas e me digam qual é a jurisprudência nacional sobre estes assuntos. Porque eu quero seguir o julgamento bem informado.

I. Conceito de Terrorismo

Aparentemente, no direito internacional não existe uma definição universal de “terrorismo” nem de “terrorismo de Estado”. Mas há jurisprudência e instrumentos que delimitam ambos os conceitos. A ONU, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), e a União Africana entidades essas às quais Moçambique é membro e subscritor das suas normas, reconhecem que actos de violência grave — quando intencionalmente dirigidos a civis para provocar medo ou coagir governos — constituem terrorismo; e que, quando cometidos por agentes estatais, podem configurar “terrorismo de Estado” se ultrapassarem os limites do uso legítimo da força.

Diversos instrumentos e resoluções das Nações Unidas estabelecem elementos comuns que permitem a caracterização jurídica de terrorismo:

- Resolução 1566 (2004) do Conselho de Segurança da ONU: Considera terrorismo os actos criminosos intencionais,

incluindo homicídio e lesões graves, cometidos contra civis ou não combatentes, com o propósito de intimidar uma população ou compelir um governo ou organização internacional a praticar ou abster-se de praticar determinado acto.

- Relatório do Relator Especial sobre a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais no Combate ao Terrorismo (Ben Saul, A/HRC/61/52, 2026): Define terrorismo como actos graves de violência que visam causar morte ou ferimentos graves, com o objectivo de criar um estado de terror ou coagir autoridades públicas, excluindo expressamente manifestações pacíficas e actos de resistência legítima.
- Convenções Internacionais da ONU (1963–1999): Um conjunto de 19 tratados que tipificam condutas específicas (sequestro, atentados, financiamento, etc.), aplicáveis a qualquer pessoa, incluindo agentes estatais.

II. Conceito de Terrorismo de Estado

Não sei se nos tratados internacionais o termo “terrorismo de Estado” possui definição formal. Mas na doutrina e em relatórios das Nações Unidas, o termo é utilizado para designar actos de violência sistemática praticados por agentes estatais contra civis, com o propósito de intimidar, punir ou controlar politicamente a população. O Alto Comissariado das Na-

ções Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, Workshop “State Terrorism and International Law”, 2026) reconhece que práticas estatais como execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura e uso indiscriminado da força podem configurar terrorismo de Estado quando realizadas de forma intencional, generalizada, repetida, e sistemática e com o objectivo de intimidar, punir ou controlar politicamente a população.

A Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate ao Terrorismo (Argel, 1999) obriga os Estados a abster-se de apoiar ou praticar actos que visem intimidar populações ou compelir governos, estabelecendo que tais condutas violam os princípios da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

IV. Conclusão

Em termos jurídico-internacionais, terrorismo é a violência intencional contra civis com fins de intimidação ou coerção política; terrorismo de Estado é a mesma conduta quando perpetrada por agentes públicos ou instituições estatais, de forma sistemática e com propósito político. A fronteira entre violação de direitos humanos e terrorismo de Estado é ultrapassada quando o Estado usa o medo como instrumento de governo, substituindo a protecção dos cidadãos pela intimidação deliberada. Dito isto, enquanto espe-

ramos que os nossos juristas nos venham corrigir e educar mais, meu caro leitor, responda as seguintes três perguntas:

1. Será que considera que durante as manifestações pós-eleitorais Venâncio Mondlane cometeu actos de terrorismo?
2. Será que considera que durante as manifestações pós-eleitorais o Estado Moçambicano cometeu actos de terrorismo?
3. Olhando para os acontecimentos desde a manifestações pós-eleitorais, indique pelo menos quatro nomes de pessoas/entidades estatais que acha que deveriam responder por práticas de terrorismo de Estado e justifique.

Fontes:

1. Resolução 1566 (2004) – Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2. Relatório A/HRC/61/52 (2026) – Relator Especial Ben Saul, ONU.
3. Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (1999) – ONU.
4. Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo (1999) – União Africana.
5. Caso Ucrânia vs. Rússia (2023) – Tribunal Internacional de Justiça.
6. OHCHR, “State Terrorism and International Law” (2026) – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O branqueamento da História

Por: Ungulani Ba Ka Khosa

Gosto do mês de Setembro, pois saio meio combatido no meu mês ventoso, turbulento, cenário ideal para o Leão, e entro na calma da Virgem e da Balança, do peso certo, do equilíbrio. Mas Setembro tem outro encanto para mim: é o mês do dia D, do início da libertação, do deflagrar da luta. E em consequência, o grande respeito que nutro pelos libertadores, pela AACLIN. Quando a associação foi criada, veio-me à mente a dignidade dos combatentes da segunda guerra mundial, nas várias latitudes do mundo, em paradas alusivas ao fim da

guerra. À medida que os anos foram passando, os soldados da grande guerra foram diminuindo em número, mas a dignidade, o garbo, a distinção, a elegância, a graça que dimana neles, infunde respeito a qualquer cidadão do mundo. Assim imaginei os nossos antigos combatentes da pátria. Mas a realidade mostrou-me um cenário completamente distinto. O que me fez moça logo nos anos oitenta/noventa, foi a apropriação indevida do título de antigo combatente. Formalmente a guerra de libertação teve o seu término com a assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de Setembro; mas informalmente a guerra terminou com o golpe de Estado de 25 de Abril. Daí que nos

meses de Maio/Junho/Julho de 1974, muitos jovens abarrotaram o campo de treino de Nachingueia, enfileirando-se nas hostes da Frente de Libertação, treinando para serem polícias, agentes de segurança, e em outros ofícios dignos de um Estado. Perguntava-me: esses fulanos têm o direito de se apresentarem como antigos combatentes, tal como as centenas de deserdados que vi, em finais dos anos 70, em Lichinga, e nos longínquos distritos da província, sem tecto condigno, nem conhecimento da existência de um interruptor de luz, e muito menos de água canalizada, mas que me contavam, em infundáveis noites em redor de uma lareira, com um copo de cacholima - aguardante casei-

ro, as memoráveis epopeias da luta de libertação nos anos 66, 67, 68, 69, em diante, com um olhar sofrido, compungente, mas ao mesmo tempo compensador. Onde está a memória desses homens e mulheres que não tiveram a sorte de usufruir a independência com a dignidade que lhes era devida? Outro factor que me desiludiu por completo, foi esse inusitado artifício jurídico, criado na vigência do Presidente Guebuza, que estatuiu o direito dos filhos dos antigos combatentes gozarem do estatuto de antigo combatente. Não fiquei vermelho, mas empalideci. De novo a pergunta veio à tona: onde estão os verdadeiros combatentes da Pátria, aqueles camponeses sem

terra, com fardas descoloridas, o quepe perfurado pela chuva e vento, cantil sedento de água, kalachnikov ao ombro, botas destroçadas pelas longas caminhadas nas impenetráveis florestas do interior de Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica e Sofala? Gostaria de vê-los em cadeiras de rodas, ou em andalhos, ou com muletas, mas galhardos, airosos, desfilando na grande praça dos Heróis, com a certeza nos olhos de que a independência valeu a pena. Mas o presente não me dá essa alegria porque branquearam a História da Luta de Libertação. Ainda assim, Viva o 25 de Setembro, Viva o 07 de Setembro!

Maputo, Setembro de 2026

Empreendedor **questiona ensino e defende mais competências** para gerar rendimento

Arcélio Tivane defende que formação académica deve ser acompanhada por conhecimentos práticos de vendas, investimento, tecnologia e criação de negócios

O treinador motivacional e empreendedor Arcélio Tivane lançou um debate sobre a relação entre formação académica, emprego e capacidade de gerar rendimento, defendendo que o sistema de ensino precisa aproximar-se mais das exigências do mercado.

Numa publicação nas redes sociais, Tivane questiona um modelo que, segundo ele, prepara sobretudo os estudantes para obter boas notas, conquistar um diploma e procurar emprego, mas dedica pouca atenção à criação de negócios, gestão financeira, vendas, investimento e construção de património.

“Diploma não é sinónimo de riqueza” e “estudar não significa aprender a ganhar dinheiro” são algumas das ideias apresentadas pelo empreendedor, que considera existir uma distância significativa entre aquilo que muitos jovens aprendem nas instituições de ensino e a capacidade de transformar esse conhecimento em rendimento.

Tivane chama ainda atenção para situações em que actividades informais ou pequenos negócios podem gerar rendimentos superiores aos de algumas profissões qualificadas. Como exemplo, cita agentes de carteira móvel, defendendo que o fenómeno deve levar a uma reflexão sobre as competências que o mercado realmente valoriza.

Para o empreendedor, o problema não está no agente de carteira móvel nem na formação académica em si, mas na necessidade de complementar a educação formal com competências práticas.

Entre as áreas que considera importantes estão vendas, investimentos, tecnologia, relacionamento profissional e capacidade de identificar problemas e transformá-los em oportunidades de negócio.

“Não abandone a escola.



Crie a sua própria universidade”, recomenda Tivane, apelando aos jovens para que combinem a formação tradicional com leitura, experiências de negócio, aprendizagem prática e contacto permanente com o mercado.

A reflexão surge num contexto em que milhares de jovens procuram anualmente entrar no mercado de trabalho, enquanto empresas e empreendedores enfrentam desafios relacionados com a disponibilidade de competências adequadas às necessidades da economia.

Tivane defende, por isso, que o debate sobre educação não deve limitar-se ao número de pessoas formadas, mas também considerar o que acontece depois da formação: quantos conseguem criar negócios, gerar rendimento, resolver problemas e transformar conhecimento em valor económico.

O empreendedor termina a sua publicação com uma provocação: se o actual modelo de ensino está a produzir os resultados esperados, por que razão existem tantos formados e, ao mesmo tempo, pouca transformação económica?

A discussão é também apresentada como parte da preparação para o programa intensivo “Ideias e Negócios”, promovido por Tivane.

Publique Aqui

Governo prepara plano para mitigar impactos do El Niño



Agua, agricultura, saúde e energia estão entre os sectores abrangidos pela resposta prevista

O Governo está a preparar um plano nacional para reduzir os possíveis impactos do fenómeno El Niño em Moçambique, com particular atenção para a segurança hídrica, produção agrícola e protecção das populações mais vulneráveis. O plano foi apreciado pelo Conselho de Ministros durante a 17.ª sessão ordinária,

realizada a 14 de Setembro, e apresentado aos jornalistas pelo ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá. A estratégia prevê medidas para reforçar a disponibilidade de água para consumo humano, irrigação e abeberamento do gado, além da protecção da agricultura e pecuária. O Governo prevê ainda reforçar os sistemas de abastecimento e armazenamento de água, o saneamento e a capacidade de resposta dos sectores da saúde, educação, energia e indústria perante eventuais impactos do fenómeno. Outra componente considerada central é o reforço da monitoria e dos sistemas de aviso prévio, de modo a

permitir uma resposta antecipada nas zonas consideradas mais vulneráveis. **Distritos vulneráveis serão mapeados**

Segundo Salim Valá, o trabalho ainda não está concluído. A equipa multisectorial apresentou ao Conselho de Ministros o ponto de situação das medidas em preparação, incluindo as áreas com maior vulnerabilidade. Participam no processo sectores como agricultura, saúde, educação, obras públicas, transportes e logística, gestão de calamidades, finanças e meteorologia. A identificação inclui zonas

áridas e semiáridas e outros territórios onde os impactos do fenómeno poderão assumir maior severidade. “Não podemos ser apa-

ros necessários, o ministro reconheceu que esses dados ainda não estão fechados. O Conselho de Ministros orientou a continui-



nhados de surpresa”, explicou Valá, indicando que a informação recolhida está a ser consolidada para permitir uma resposta mais dirigida quando houver maior clareza sobre a evolução do fenómeno. Questionado sobre medidas concretas, como o número de reservatórios a construir, sistemas de abastecimento de água e recursos finance-

dade do trabalho e a apresentação posterior de informação mais detalhada sobre as medidas prioritárias. A resposta ao El Niño passa, assim, de uma fase de preparação intersectorial para uma etapa de consolidação das necessidades e definição das intervenções que deverão ser executadas nas zonas de maior risco.



O único pecado de Dom Jaime

O ÚNICO PECADO DE DOM JAIME é o título do livro da autoria de Gabriel Pedro Mucutubua, professor, jornalista, escritor, entusiasta por filosofia, ciência política e sociedade moçambicana a partir de convicções próprias.

Aceitei a missão de apresentar este livro por três razões fundamentais:

Primeiro, pelo ineditismo do tema que o livro traz num contexto em que escrever sobre assuntos pouco usuais e periclitantes na visão de algumas correntes de pensamento ainda um desafio visto como de coragem e assustador.

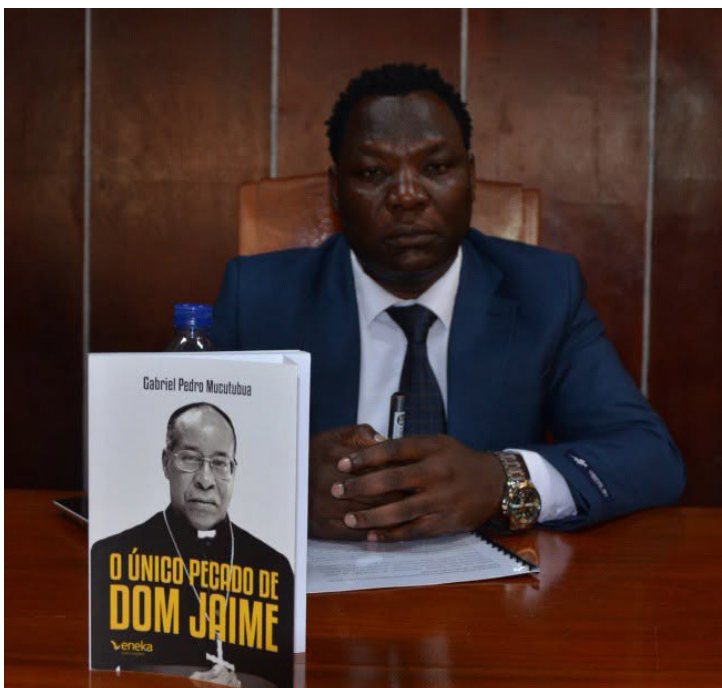
Segundo, porque me identifiquei plenamente com o conteúdo do livro que ora vou apresentar publicamente neste maravilhoso lugar onde em 2003 também apresentei o livro de Bernabé Ncomo “Uria Simango: Um Homem uma Causa”, o que me faz recordar outras grandes figuras que lutaram por Moçambique e que amadureceram o seu pensamento patriótico aqui nesta cidade cosmopolita da Beira.

Terceiro, pela consideração que nutro pela figura de Dom Jaime Pedro Gonçalves que marcou a Igreja Profética Católica de Moçambique no período tanto anterior como posterior à independência nacional, este homem franzino e de passos vibrantes que a história política, social e religiosa dos moçambicanos nos últimos 60 anos e que ainda precisa de ser explorada a partir de várias lentes.

O livro que vos apresento procura ser uma referência na análise política e social da recente história do Moçambique independente e é, portanto, um contributo muito significativo, tanto para a reflexão política e social nas vertentes académica e intelectual que este país tanto precisa.

O autor do livro ao trazer o dilema da Paz política e social em Moçambique não como estamos habituados, mas saindo do discurso simplista de ver a paz e a reconciliação em Moçambique como problema dos outros e não nosso, Gabriel pretende valorizar o conceito de Paz e reconciliação baseado nos valores éticos e de diálogo entre irmãos sem vencidos e sem vencedores como âncora da convivência entre irmãos no nosso país.

Gabriel Mucutubua conhece bem esta sociedade que se chama Moçambique e as dinâ-



micas dos conflitos porque este país viveu desde a proclamação da independência política nacional, isto é, desde a arriar da bandeira portuguesa e o içar da bandeira de Moçambique. Ele vive intensamente o país real e por via disto tem a sensibilidade e autoridade de escrever sobre a problemática de guerra e da Paz em Moçambique.

Em O Único Pecado de Dom Jaime o autor apresenta-nos a personalidade forte de Dom Jaime Pedro Gonçalves, que ficou marcadamente na história de Moçambique pela sua luta para o restabelecimento da Paz perante uma guerra fratricida que reduziu o país em escombros com um saldo, segundo as fontes oficiais, de mais de um milhão de mortos, milhares de deslocados e de bastante sofrimento para os moçambicanos.

Na sua sabedoria, Gabriel Mucutubua induz-nos a verticalidade e frontalidade com que Dom Jaime abordava os assuntos mais profundos que dividiam os moçambicanos e que o tornou um homem incompreendido por uma parte dos seus contemporâneos e até sacrificado por dizer a verdade sobretudo na dimensão apelativa ao diálogo, elemento que sempre acreditou que era o mecanismo certo para o alcance da paz e reconciliação. Esta premissa defendida por Dom Jaime era então uma opinião incomum e desconfiada na época uma vez que havia forte convicção de que o conflito político e militar que dilacerava o nosso solo pátrio terminaria com a força das armas e na vitória de uma das partes.

É incontornável notar como propõe o autor que O Único Pecado de Dom Jaime não é em si uma crítica da crítica dos seus

críticos e nem uma crítica da nossa história, mas é sobretudo uma análise minuciosa de uma perspectiva diferente da percepção comum sobre a abordagem contra a violência armada no país sugerida pelo bispo que para muitos era pouco clara, mas bastante assertiva sob ponto de vista de resultados.

Em O Único Pecado de Dom Jaime o autor coloca bem claro, aqueles que procuravam minimizar o sofrimento causado pela guerra, o que, levou o bispo a estar em contra-mão com essa corrente ao abordar com profundidade a crise humanitária provocada pela guerra numa altura em que o governo na época tratava o conflito como sendo acções esporádicas de banditismo, de ataques localizados entre outras terminologias que de longe reflectiam o verdadeiro drama no terreno. Dom Jaime dono de uma coragem ímpar e sem medo acabou sendo a primeira voz pública que condenava o recurso à violência perante um povo indefeso e sofrido porque na verdade não passava muito tempo que o país saía da guerra colonial, por isso, o presbítero falava com preocupação o rumo que país seguia de normalização do conflito.

O autor, na sua obra, revela como Dom Jaime corajosamente inicia os contactos que pudessem levar aos caminhos de se chegar a liderança da RENAMO mesmo contra a reprovação e resistência do governo, de uma parte da hierarquia da própria Igreja Católica e das Igrejas filiadas no Conselho Cristão de Moçambique. É nesta busca genuína da Paz que o Gabriel traz à tona a figura pouco conhecida de Artur da Fonseca quadro da RENAMO, contrerrâneo e con-

temporâneo de Dom Jaime nas terras de Sofala e residente na Alemanha que viria ser uma porta importante para o primeiro encontro entre o líder da RENAMO Afonso Dhlakama e Dom Jaime o que seria decisivo para aproximar o governo e os resistentes. Importa referir que Artur da Fonseca homem discreto e boémio que se juntou à FRELIMO nos anos 60 saindo do Bairro de São benedito na Beira, foi secretário das Relações Exteriores da RENAMO durante a década de 1980, actuando no plano internacional e em missões de representação política e diplomática do movimento no estrangeiro, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos.

O autor apresenta Dom Jaime como um homem multifacetado e de difícil compreensão pela sua abertura e sua natureza de comunicar de forma aberta e directa independentemente do pensamento veiculado pelos discursos oficiais. O autor, parece ter conhecido muito bem o Arcebispo da Beira ao defini-lo como uma pessoa que nunca confundiu o certo e o errado e a frontalidade na crença em um Moçambique melhor e ao insistir na necessidade de diálogo para a resolução de qualquer desentendimento entre os moçambicanos.

Na sua brilhante abordagem, Gabriel reconhece que um dos méritos de Dom Jaime reside de certa forma em ter sido uma das pouquíssimas figuras públicas no período da ditadura monopartidária que procurou a título individual contra os interesses instalados, através da responsabilidade que carregava na Conferência Episcopal de Moçambique o contacto directo com o líder da RENAMO nas matas de Gorongosa, em Sofala, e convencê-lo a aceitar dialogar com o Governo para pôr fim a guerra que grassava e retardava a afirmação da nossa pátria amada.

É impressionante como Gabriel Mucutubua descreve que com pouco ou quase sem nenhum poder persuasivo ao regime da FRELIMO o bispo continuou resolutivo quanto a sua posição inicial da necessidade de diálogo entre o governo e a RENAMO para a solução do conflito moçambicano. Perante o drama humanitário vivido pelos moçambicanos o bispo procurou partilhar a situação do conflito de Moçambique para além-fronteira em busca de apoio para o fim das hostilidades políticas e militares que tornava

animalescos as populações vítimas, situação que ele melhor que ninguém conhecia através das suas viagens pastorais.

O autor faz-nos nos navegar no pensamento forte do bispo que era de ver um Moçambique melhor, sem fome, sem guerra, sem perseguições e livre das estratégias dos beligerantes. Esta sua posição firme aprendida do seu mentor Dom Sebastião Soares de Resende fê-lo sofrer ainda no tempo colonial quando a PIDE e a Polícia de Choque não lhe deixam circular pelos bairros periféricos da cidade da Beira acusando-o de estar associado à revolução indígena e anti-colonial na sua catequese nocturna. O espírito de irreverência de Dom Jaime de combate as causas do sofrimento do povo a que ele fazia parte não lhe permitiu ficar indiferente aos prejuízos políticos, sociais e económicos que a guerra entre a RENAMO e o governo da FRELIMO impunha aos moçambicanos.

A obra de Gabriel Mucutubua não se se acobarda das nossas realidades, como moçambicanos, dos erros cometidos ao longo da nossa história como nação independente. Dom Jaime é descrito como o Bispo que confrontava Samora Machel para a necessidade do diálogo com a RENAMO para trazer a paz para Moçambique E nisto, Samora rebate aos bispos: “querem que o Governo da República de Moçambique negocie com os assassinos e ladrões, com raptos e sádicos, com marginais e drogados e anti-sociais. Querem que negociemos com os vendilhões da pátria, com os inimigos implacáveis do povo moçambicano”, estavam então dissipadas as dúvidas em relação à sugestão dos bispos de um possível frente-a-frente entre os beligerantes para acabar com a guerra em Moçambique.

Gabriel nos assegura que apesar de todas as dificuldades criadas para que os moçambicanos continuassem a guerra entre irmãos Dom Jaime vai ser uma das figuras que tem a paternidade dos Acordos de Paz assinados em Roma entre o governo da FRELIMO e a RENAMO.

O dilema da paternidade da paz entre os moçambicanos leva a existência da questão da chamada “Paz Moçambicana ou Paz italiana?”. O bispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves reconhece o papel da Itália, de Roma e em partícula a Comunidade de Santo Egídio na sinuosa busca pela

paz, mas, ele tem a convicção férrea de que esta paz que temos com as suas coisas menos boas e boas é efectivamente a paz dos moçambicanos e cabe a eles a sua manutenção e consolidação.

Para o autor deste livro, mesmo reconhecendo todo o contributo que Dom Jaime deu para que os moçambicanos alcancem a paz que se pretendia em Moçambique a 4 de Outubro de 1992 através do Acordo Geral de Roma, as forças contrárias aos seus esforços pela paz e progresso de Moçambique, tudo fazem para diminuir a importância dos esforços que este clérigo fez para o seu próprio país, estas forças procuram colocar Dom Jaime numa encruzilhada para dele encontrarem dissonâncias, falhas, erros e pecados no seu longo percurso de serviço aos moçambicanos. É daí seguramente onde está o cerne do título: O Único Pecado de Dom Jaime

Nesta obra, o autor, procura respostas ao título que ele próprio criou a partir do episódio conhecido por “Conflito entre os Ndaus e os Sena na Munhava” ao dialogar com pessoas concretas que viveram as inquietações de Dom Jaime nos momentos difíceis da busca pela paz. É assim que vozes diversas são trazidas no livro para discutirem o “O Único Pecado de Dom Jaime” e, espero que vocês os leitores, através de uma a leitura cuidada da obra consigam conversar com Albano Carige, Padre Machate, Gumancanze, Wilker Dias, Adelino Timóteo, Francisco Muianga e outros para tirarem as vossas conclusões.

O escritor desta obra debruça-se sobre as várias categorizações que recaíram sobre Dom

Jaime referindo-se que o bispo foi alvo de uma série de críticas, algumas directas e outras veladas, umas justas e outras injustas, outras amigáveis outras ofensivas. Fica claro na leitura do livro que clérigo da Beira, continuador da Igreja Católica Profética do 1º Bispo da Beira Dom Sebastião Soares de Resende, não procurava agradar a todos, ele tinha uma posição própria sobre assuntos que o país vivia e almejava insistentemente mesmo contra a corrente por uma paz política, económica, social e religiosa entre os moçambicanos.

O autor do “O Único Pecado de Dom Jaime” fecha toda a sua narração trazendo um momento solene que foi a morte e o sepultamento de Dom Jaime, onde quase todos convergiram no reconhecimento desta figura pelos seus feitos na busca pela Paz e Reconciliação dos moçambicanos. Dando voz aos participantes conseguiu-se depreender como se lê abaixo:

Daviz Simango, Presidente do MDM e do Município da Beira que considerava Dom Jaime como pai adoptivo e principal conselheiro da vida sentenciou:

Estão de luto os amantes da liberdade, da paz e da honestidade, pela morte de uma das figuras mais visíveis da paz e da reconciliação. Dom Jaime era uma voz inspirada e a sua figura ultrapassa as fronteiras da Beira e de Moçambique em geral. Ele transmitia a confiança dos amantes da paz e do amor ao próximo. Por tudo aquilo que Dom Jaime fez para este país, esperamos que os moçambicanos possam um dia reconhecê-lo como herói nacional. Calou-se a voz que não tinha medo.

Raul Domingos Chefe da delegação da RENAMO no processo negocial em Roma, tomando o conhecimento profundo carácter de Dom Jaime, pronunciou:

Dom Jaime Pedro Gonçalves deixou-nos bons exemplos de que as diferenças só podem ser ultrapassadas pelo diálogo e a inclusão. É isso que deve ficar para os moçambicanos, para uma grande reflexão assente no diálogo e reconciliação. Desta forma podemos seguir uma paz perene.

O Antigo estadista moçambicano Joaquim Chissano que em vários momentos esteve em rota de colisão com Dom Jaime confessou:

Em vida, tive muitas discussões e trabalhei com ele. Nalgumas vezes incumbi-lhe missões para além das iniciativas próprias que ele realizou com todas as suas forças em Nairobi, Estados Unidos e outros países. Trabalhamos sempre em prol da paz. Durante as negociações para a paz, as diferenças nunca nos afastaram.

O estadista Filipe Nyusi, presidente da República em exercício resumiu de forma categórica o sentimento genuíno das várias sensibilidades do povo moçambicano: “Dom Jaime despertou a consciência colectiva dos moçambicanos para a necessidade de uma sociedade de justiça, de harmonia social e de paz”

O meu breve comentário crítico sobre o livro O Único Pecado de Dom Jaime

É uma obra oportuna e providencial, num momento que a sociedade se debate com as causas de tantos males entre os quais estão a violência, a insegurança, a pobreza, a intolerância,

o individualismo exacerbado, a exclusão do outro o que requer muita luta para aquisição de uma verdadeira paz. Verdadeira paz, por que se sabe, a Paz é um conceito muito usado, mas parece que nem sempre com a mesma visão, pelo facto que há quem pensa que paz é apenas a ausência da guerra ou o silêncio momentâneo das armas.

Com uma linguagem muito simples, feita de rigor académico, dialogante e as vezes ríspida, o aparecimento de livro de uma imensidão de referências desde os clássicos da Filosofia política, da Ciência política e da História política convida-nos a ler este manancial de conhecimento filosófico, sociológico, histórico, político e literário.

Uma das fortalezas que caracterizam Gabriel neste O Único Pecado de Dom Jaime são: desafia as nossas certezas e oferece uma perspectiva profundamente necessária sobre a figura em causa e o contexto vivido pela maioria dos moçambicanos; o conteúdo do livro destaca-se pelo rigor da investigação e pela clareza com que desconstrói conceitos comuns de Paz, Reconciliação e Concórdia entre irmãos complexos da mesma Pátria; a capacidade do autor de cruzar dados partilhados com reflexões íntimas eleva o conteúdo do livro num novo patamar para compreender as sinuosidades para pôr fim a Guerra Civil que durou 16 anos apondo a RENAMO e o governo da FRELIMO.

Este livro entrega ferramentas práticas e valiosas que o leitor precisa para compreender a figura de Dom Jaime e o seu contributo para a conquista da

Paz entre os moçambicanos e a necessidade das elites políticas abandonarem os tacticismos políticos da intolerância política. Uma leitura urgente deste livro abre portas para debates sobre a consolidação da Paz e Reconciliação que a nossa sociedade já não pode continuar a adiar. Ademais, o conteúdo deste livro destaca-se pela sua enorme utilidade pública ao trazer com clareza o pensamento deste homem que viveu a sua vida pensando na grandeza da nobre alma dos moçambicanos.

Para um bom leitor, vai ler esta obra como se estivesse a degustar um bom caril de peixe madame frito em molho de coco (dengera) que as mulheres de Buane Sofala são exímias a preparar acompanhado de uma boa massa (saja) de Mexoeira (mbjunga) regados de um bom copo (mukhamba) de vinho de palmeira (uchema) em apenas dois finais de semana.

Estimados leitores presentes nesta sala e aqueles que não conseguiram marcar a sua presença neste sublime momento por favor: Não cometam o único pecado de ler este livro sem viverem o seu conteúdo, por isso, vivam-no. Este livro vai mudar a nossa forma de vermos a necessidade de Paz, concórdia, reconciliação dos moçambicanos, liberdade e democracia. Vamos ler, não adiemos a sua leitura e vamos abrir as suas páginas para transformarmos as nossas mentes em prol de um Moçambique que se recomenda.

Muito obrigado.

Tatenda

Tabonga

Kanimambo

Zikomo kwambiri

Moreira Chonguiça leva diplomacia cultural à academia

ECA homenageia músico e etnomusicólogo pelo contributo à identidade moçambicana

A música pode fazer aquilo que muitas vezes a diplomacia formal não consegue: atravessar fronteiras sem precisar de tradução. É a partir dessa perspectiva que a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) homenageia, esta sexta-feira, 18 de Setembro, o músico e etnomusicólogo Moreira Chonguiça.

A cerimónia, marcada para as 09h00, na Sala Magna da ECA, em Maputo, junta academia, artistas, diplomatas e parceiros da carreira do músico, numa iniciativa que coloca a cultura no cen-

tro da discussão sobre a projecção de Moçambique no mundo.

Para a ECA, o reconhecimento está ligado ao contributo de Moreira Chonguiça para a identidade moçambicana, particularmente através da música e do jazz, linguagem artística que o músico tem usado para transportar referências da cultura nacional para diferentes palcos e públicos.

Mas a homenagem não ficará limitada ao reconhecimento da sua trajectória artística. Moreira Chonguiça será também orador numa palestra subordinada ao tema “Diplomacia Cultural como Vector de Transformação Social”, levando para o espaço académico uma discussão sobre a capacidade



das artes de representar identidades, criar pontes e produzir diálogo entre sociedades.

É nesse cruzamento entre arte, identidade e relações culturais que a homenagem ganha

uma dimensão mais ampla. Moreira Chonguiça deixa de ser apenas artista reconhecido para assumir também o papel de interlocutor numa reflexão sobre o lugar da cultura na sociedade contemporânea.

A sessão contará com a presença do Reitor da UEM, Manuel Guilherme Júnior, membros da direcção e docentes da ECA, representantes do corpo diplomático, artistas e parceiros ligados à marca Moreira Chonguiça.

A iniciativa acontece num espaço particularmente simbólico: uma instituição dedicada à formação e investigação nas áreas da comunicação e das artes. Ao acolher a homenagem, a ECA estabelece uma ponte entre a experiência de um ar-

tista com projecção internacional e o universo académico onde se discutem os processos de construção e representação da identidade cultural.

A cerimónia poderá, assim, servir também para questionar até que ponto a cultura moçambicana pode ser utilizada como instrumento de diálogo, influência e aproximação internacional.

No caso de Moreira Chonguiça, essa discussão parte de uma trajectória construída através da música, mas aponta para uma questão maior: o que pode a cultura fazer por Moçambique quando deixa de ser vista apenas como entretenimento e passa a ser entendida como património, identidade e instrumento de transformação?

LUPA NEWS

Morreu Ídasse Tembe, artista pertenceu a uma geração de homens livres

O Núcleo de Arte confirmou à Lupa News, esta quarta-feira, 16 de Setembro de 2026, a morte do artista plástico Ídasse Ekson Malendza Tembe, conhecido artisticamente como Ídasse.

A confirmação foi feita pela Galeria do Núcleo de Arte à Lupa News.

Uma nota de pesar comunicou o falecimento do artista e expressou profunda consternação pela perda de uma figura que considera um dos pilares da instituição.

O Núcleo de Arte descreve Ídasse como “mestre, conselheiro, amigo e irmão”, sublinhando a sua importância não apenas enquanto artista, mas também pelo papel desempenhado junto de outros criadores.

A instituição considera que o legado de Ídasse ultrapassa a sua produção artística. “A sua obra ficará nas telas, mas o seu maior legado está nas pessoas que ele formou e inspirou com a sua generosidade”, refere a nota.

A morte do artista deixa de luto a comunidade do Núcleo de Arte e representa uma perda para familiares, amigos, colegas e todos aqueles que conviveram com o seu trabalho e percurso.

“A sua história é a nossa história. Até sempre, Mestre Ídasse”, escreve a nota do Núcleo de Arte. Até ao momento, não foram divulgadas informações sobre a causa da morte.

Alda Costa: Ídasse Tembe pertenceu a uma geração de homens livres

A historiadora da arte e museóloga Alda Costa descreveu Ídasse Tembe como um dos artistas da geração que se afirmou nos primeiros anos após a Independência de Moçambique,



bique, destacando o percurso de um criador que procurou construir a sua própria linguagem artística sem se deixar limitar por influências externas.

Num texto dedicado ao artista plástico, Alda Costa recorda que Ídasse Tembe nasceu em 1955 e teve a sua formação inicial na escola, seguindo-se o aconselhamento e acompanhamento do artista Inácio Matsinhe, que vivia em Moçambique naquele período.

A sua entrada no circuito das artes aconteceu em 1977,

quando participou pela primeira vez numa exposição colectiva. A partir daí, seguiram-se diversas exposições e experiências em diferentes linguagens, numa trajectória marcada pela procura constante de novas formas de expressão.

Segundo Alda Costa, a pintura foi o primeiro interesse de Ídasse, mas rapidamente o artista descobriu a necessidade de experimentar outros meios, passando pela ilustração, gravura e desenho, antes de se dedicar também à escultura.



Em 1986, realizou a sua primeira exposição individual, na sede da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). O desenho, contudo, permaneceu como um dos centros da sua produção artística. Era nele, escreve Alda Costa, que Ídasse se sentia particularmente à vontade, chegando a afirmar que desenhava com a mesma intensidade com que pintava.

Mas havia no percurso de Ídasse uma dimensão que ultrapassava a técnica artística. Para o próprio artista, pertencer à geração que se afirmou depois da Independência significava carregar uma consciência histórica particular.

Alda Costa recupera uma das ideias mais fortes defendidas por Ídasse: ele considerava-se parte de uma geração diferente “pelo facto de ser de homens livres”. O artista entendia que pertencia a uma geração consciente e que o fruto do seu trabalho deveria demonstrar que “os netos dos escravos eram homens livres”.

A afirmação ajuda a compreender a dimensão que Ídasse atribuía à criação artística. A arte não era apenas um exercício estético, mas também uma forma de afirmação, memó-

ria e construção de identidade num país que acabava de conquistar a Independência.

Ainda segundo Alda Costa, Ídasse queria continuar a estudar e aceitava os ensinamentos e estímulos proporcionados por outros artistas, mas não queria ser influenciado. Procurava conhecer mais artistas africanos e aprofundar o contacto com artistas internacionais, num processo que definia como uma procura de se “descobrir na arte e ir amadurecendo com a prática”.

Foi nesse caminho que, para Alda Costa, se consolidou o artista que viria a ser reconhecido pelo desenho e pela pintura, mas que também encontrou na escultura outro território de experimentação.

Ídasse trabalhou diferentes materiais, entre eles bronze, ferro, mármore e madeira, mantendo-se disponível para abraçar novos projectos, individualmente ou em colaboração com outros artistas.

Na leitura de Alda Costa, a trajectória de Ídasse também se inscreve numa tendência mais ampla da geração artística que surgiu no Moçambique pós-Independência: a procura de referências africanas combinada com a abertura à arte internacional.

Era desse cruzamento entre referências, experiências e procura de uma linguagem própria que emergiam práticas artísticas individualizadas.

É neste contexto que a morte de Ídasse Tembe ganha uma dimensão que ultrapassa a perda de um artista. O seu percurso, tal como recuperado por Alda Costa, representa também uma parte da história da arte moçambicana construída depois da Independência, marcada pela experimentação, procura de identidade e pela afirmação de uma geração que queria provar, através da criação, que a liberdade também podia ser desenhada, pintada e esculpida.